



Resenha

CASTELLS, MANUEL.

FIM DE MILÊNIO. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, V. 3, 1999.

ANÁLISE DO LIVRO FIM DE MILÊNIO

FERNANDO ALCOFORADO *

O livro *Fim de Milênio* se divide em cinco capítulos descritos a seguir:

1. A crise do estatismo¹ industrial e o colapso da União Soviética
2. O surgimento do Quarto Mundo: capitalismo informacional², pobreza e exclusão social
3. A conexão perversa: a economia do crime global
4. Desenvolvimento e crise na região do Pacífico asiático
5. A unificação da Europa: globalização, identidade e o Estado em rede

Serão apresentados, a seguir, os principais aspectos apontados por Manuel Castells no contexto de cada um dos tópicos acima descritos.

1. A CRISE DO ESTATISMO INDUSTRIAL E O COLAPSO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Neste capítulo, Castells identifica as causas determinantes do colapso da União Soviética.

A primeira delas seria o esgotamento do modelo extensivo de crescimento econômico da União Soviética, que exigia a mudança para um novo equacionamento da produção no qual

os avanços tecnológicos pudessem adquirir maior importância e os benefícios trazidos pela revolução tecnológica fossem empregados para aumentar substancialmente a produtividade da economia como um todo.

A Segunda, a incapacidade estrutural do estatismo e da versão soviética do industrialismo³ de assegurar a transição para a sociedade da informação⁴ porque, na União Soviética, essa transição exigia medidas que abalavam os interesses da máquina burocrática do Estado e da *nomenklatura*⁵ do partido.

Em terceiro lugar, a despeito do enorme volume de recursos alocados pela União Soviética para o avanço da ciência e da pesquisa e desenvolvimento (P&D) e apesar de o país contar com o maior número de cientistas e engenheiros entre a população economicamente ativa em relação a qualquer outro país importante do mundo, o sistema desestimulou a busca pela inovação em uma época de mudanças tecnológicas fundamentais.

A quarta razão seria a existên-

* Fernando Alcoforado, consultor em planejamento econômico, energético e empresarial, doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, ex-professor da Unifacs e ex-presidente do IRAE- Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos, é autor dos livros *Globalização, De Collor a FHC- o Brasil e a nova (des)ordem mundial* e *Um projeto para o Brasil* (Editora Nobel, São Paulo), entre outros. E-mail: falcoforado@uol.com.br.

¹ Estatismo é o sistema social organizado em torno da apropriação do excedente econômico produzido na sociedade pelos detentores do poder no aparato do Estado, ao contrário do capitalismo, em que o excedente econômico é apropriado pelos detentores do controle das organizações econômicas privadas.

² Capitalismo informacional é caracterizado pela inexistência de controles das forças de mercado, pela formação de uma economia do crime global, bem como pela sua interdependência crescente em relação à economia formal e às instituições políticas.

³ Industrialismo é o mecanismo de desenvolvimento em que as principais fontes de produtividade consistem no aumento quantitativo dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais), juntamente com a utilização de novas fontes de energia.

⁴ Sociedade da informação ou informacionalismo é o mecanismo de desenvolvimento em que a principal fonte de produtividade é entendida como a capacidade qualitativa de otimizar a combinação e o emprego dos fatores de produção com base na informação e no conhecimento.

⁵ Nomenklatura era o grupo dominante na estrutura de poder da União Soviética.

“A busca de identidades distintas da ideologia comunista provocou o enfraquecimento do Estado soviético...”

cia de um complexo militar-industrial que agia como um buraco negro na economia soviética, absorvendo a maior parte da energia criativa da sociedade e um orçamento insustentável para defesa.

Em quinto lugar estariam os desequilíbrios sistêmicos entre setores econômicos e o desajuste crônico entre oferta e procura na maioria dos produtos e processos contribuíram para que se gerasse escassez e criasse uma economia paralela que se desenvolveu consideravelmente nos anos 70 com a anuência da *nomenklatura* do partido, causando profunda mudança na estrutura social soviética e desarticulando e onerando uma economia centralmente planejada.

Vem a seguir o insucesso das reformas econômicas com a *Perestroika* e a abertura política através da *Glasnost* que deram vazão à pressão incontida das identidades nacionais-distorcidas, reprimidas e manipuladas durante o stalinismo. A busca de identidades distintas da ideologia comunista provocou o enfraquecimento do Estado soviético de forma decisiva. O nacionalismo tornou-se a expressão máxima dos conflitos entre o Estado e a sociedade, sendo o fator político imediato que culminou no processo de desintegração da União Soviética.

O Partido Comunista Soviético não estava em condições de lançar mão de mecanismos repressivos porque fora dividido, desconcertado e desarticulado pelas manobras de Gorbachev e pela infiltração, em suas

fileiras, dos valores e projetos de uma sociedade reavivada.

Verifica-se, desse modo, que o estatismo soviético não entrou em colapso sob o ataque de movimentos sociais nascidos das contradições entre o Estado e a sociedade civil. A experiência soviética demonstra que sistemas sociais podem desaparecer como vítima de suas próprias armadilhas, sem serem atacados de forma irreversível por agentes sociais mobilizados de forma consciente.

Quando o comunismo soviético se desintegrou, a ausência de um projeto coletivo alternativo, que fosse além do fato de ser “ex”, disseminou o caos político e estimulou uma competição selvagem na corrida pela sobrevivência individual.

2. O SURGIMENTO DO QUARTO MUNDO: CAPITALISMO INFORMACIONAL, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Neste capítulo, Manuel Castells aborda o processo de polarização do mundo, a desumanização da África, o novo dilema norte-americano da desigualdade, pobreza urbana e exclusão social na era da informação e a perspectiva das crianças no processo de globalização, superexploração e exclusão social.

Uma visão global da polarização do mundo considera que a disparidade entre países em termos de produção por pessoa talvez seja a característica predominante da história da economia moderna. A diferença de renda *per capita* no país mais rico versus o mais pobre, entre 1870 e 1989, multiplicou-se pelo fator 6, e o desvio-padrão do PIB *per capita* cresceu entre 60% e 100%. Em boa parte do mundo, esse desajuste geográfico na criação/apropriação da riqueza aumentou nas últimas duas décadas, ao passo que o diferencial entre os paí-

ses membros da OCDE e o restante do planeta, representando a esmagadora maioria da população, ainda é abissal.

Nas três últimas décadas, tem havido crescente desigualdade e polarização na distribuição da riqueza. Apenas US\$ 5 trilhões dos US\$ 23 trilhões do PIB global originaram-se dos países em desenvolvimento, embora estes respondam por quase 80% da população mundial. Os 20% mais pobres viram sua parcela de participação na renda global cair de 2,3% para 1,4% nos últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, a fatia dos 20% mais ricos cresceu de 70% para 85%. Com isso, a razão da participação no “bolo” do PIB entre os países mais ricos e os mais pobres dobrou de 30:1 para 61:1. Os bens dos 358 maiores bilionários do mundo (em US\$) superaram a soma das rendas anuais de países com nada menos que 45% da população mundial.

Por outro lado, há uma disparidade considerável na evolução da desigualdade interna de distribuição de renda em diversas regiões do mundo. Nas últimas duas décadas, a desigualdade na distribuição da renda cresceu nos Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Peru, Tailândia e Rússia e, nos anos 80, no Japão, Canadá, Suécia, Austrália, Alemanha e México. Contudo a desigualdade diminuiu de 1960 a 1990 na Índia, Malásia, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul.

O que parece ser um fenômeno global é o avanço da pobreza⁶, e principalmente da pobreza extrema⁷. Em meados de 1990, considerando como a linha de pobreza extrema um nível de consumo equivalente a um dólar por dia, 1,3 bilhão de pessoas, quer dizer, 33% da população do mundo em desenvolvimento, encontra-se em estado de miséria. De modo geral, portanto, a ascensão do capitalismo informacional global caracteriza-se,

⁶ Pobreza se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas.

⁷ Pobreza extrema ou miséria é o nível mais baixo de distribuição de renda/bens ou privação.

indubitavelmente, pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos simultâneos, inclusão social e exclusão social.

Quanto à desumanização da África, o surgimento do capitalismo informacional/global, no último quarto do século XX, coincidiu com o colapso das economias africanas, a desintegração de muitos de seus Estados e a dissolução da maioria de suas sociedades. Como consequência, fome, epidemias, violência, guerras civis, massacres, êxodo em massa e caos social e político constituem, neste final de milênio, seus traços característicos.

De modo geral, as relações comerciais pioraram substancialmente para a maioria dos países africanos entre os anos de 1985 e 1994. A fragilidade dos mercados impediu que se sustentasse a industrialização de produtos em substituição à importação e também a produção agrícola para os mercados internos. A produção agrícola manteve-se 3% abaixo da taxa anual de crescimento populacional. Desde o início dos anos 80, as importações de produtos alimentícios aumentaram cerca de 10% ao ano.

A sobrevivência da maioria das economias africanas acabou dependendo de ajuda internacional e de empréstimos externos. Em 1990, a África recebeu 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo. Na década de 80, houve um ingresso maciço de empréstimos externos para salvar as economias africanas do colapso. Em termos de porcentagem do PNB, a dívida externa total saltou de 30,6%, em 1980, para 78,7%, em 1994. Cientes da impossibilidade de a África saldar esta dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se desta dependência financeira para imporem políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação.

Embora o volume de investimentos privados diretos nos países em desenvolvimento tenha aumentado enormemente durante a última década,

para cerca de US\$ 200 bilhões por ano, a parcela destinada à África vem encolhendo até o limite do desprezível. Três fatores são determinantes desta situação: falta de infra-estrutura de produção e comunicações, falta de capital humano e políticas econômicas incorretas que prejudicam os investimentos e as exportações pelo favorecimento a empresas locais em virtude de suas boas relações com a burocracia estatal.

Sem condições de competir na nova economia global, a maioria dos países africanos possui mercados internos de pequeno porte que não constituem base para a acumulação do capital endógeno. Há uma integração seletiva de pequenos segmentos de capital africano, mercados afluentes e lucrativas exportações nas redes globais de capital, bens e serviços, enquanto a maior parte da economia e a esmagadora maioria da população são abandonadas à própria sorte, no limite entre a pura subsistência e os saques violentos.

A África é a região menos informatizada do mundo como é também o continente privado da infra-estrutura mínima necessária ao uso de computadores, o que faz com que esteja excluída da revolução da tecnologia da informação. Em 1995, metade dos países africanos não tinha acesso à Internet e, de modo geral, a África ainda ostenta o título de região "desligada do mundo".

Os Estados-nações da maior parte do continente africano tornaram-se, em grande medida, predadores de suas próprias sociedades, constituindo um gigantesco obstáculo não só ao desenvolvimento, mas à sobrevivência e civilidade. Verifica-se que a combinação de fatores como a pobreza urbana, crise da agricultura de subsistência, colapso institucional, violência generalizada e movimentos migratórios em massa foram responsáveis pela deterioração das condições de vida da maioria da população africana na década passada.

Outro problema dramático da África é a epidemia de AIDS cuja propagação resulta de suas condições

sociais e econômicas. Em meados da década de 90, a África subsaariana respondia por 60% dos soropositivos existentes no mundo. Se as péssimas condições em que se encontra a África forem ignoradas ou subestimadas, é pouco provável que a AIDS fique confinada em seus atuais limites geográficos e a Humanidade estará seriamente ameaçada.

O potencial relacionamento entre a África do Sul democrática, governada pela maioria negra, e os demais países africanos pode proporcionar a assimilação da África pelo capitalismo global sob condições mais favoráveis mediante a conexão sul-africana.

A África do Sul é claramente distinta do restante da África subsaariana pelo fato de apresentar um nível bem mais alto de industrialização, uma economia mais diversificada e exercer um papel mais significativo na economia global do que os demais países do continente. A África do Sul poderia tornar-se uma força motriz para a África meridional com quem já está integrada por rotas de transporte e responde por 80% do PIB da região. O verdadeiro problema da África do Sul é o de encontrar uma maneira de evitar ser excluída da acirrada concorrência existente na nova economia global, uma vez promovida a abertura de sua economia.

Quanto ao novo dilema norte-americano da desigualdade, pobreza urbana e exclusão social na era da informação Castells considera que, na década de 90, o capitalismo norte-americano parece ter sido bem sucedido ao se transformar em um sistema bastante lucrativo, dentro das condições de reestruturação, informacionalismo e globalização, mas a renda

“... é pouco provável que a AIDS fique confinada em seus atuais limites geográficos...”

“O crescimento da desigualdade e da pobreza nos Estados Unidos resulta da desindustrialização...”

familiar da classe média, que se estagnara nas décadas de 70 e 80, sofreu uma queda na primeira metade dos anos 90 e a desigualdade social, de acordo com o coeficiente de Gini, aumentou. A pobreza tornou-se mais generalizada e a miséria ou extrema pobreza tem aumentado em ritmo mais acelerado.

O crescimento da desigualdade e da pobreza nos Estados Unidos resulta da desindustrialização, em consequência da globalização da produção industrial, da mão-de-obra e dos mercados, da individualização e integração em rede do processo de trabalho suscitada pela informacionalização, da incorporação da mulher ao trabalho remunerado na economia informacional, sob condições de discriminação patriarcal, e da crise da família patriarcal.

O processo de desindustrialização faz com que haja deslocamento geográfico da produção industrial para outras áreas do globo, eliminando os empregos do setor industrial, além de enfraquecer os sindicatos, destituindo os trabalhadores de seu instrumento de defesa coletiva. A individualização ao lado das firmas que assumiram a forma de empresa em rede é o principal fator de desigualdade porque os trabalhadores são colocados diante de condições de trabalho individual enfraquecendo seu poder de negociação com os empregadores.

A incorporação maciça das mulheres na economia informacional tem contribuído para a economia funcionar com eficiência a um custo bem mais reduzido. Além disso, a crise da família patriarcal, relacionada em

parte com a independência econômica da mulher, teve efeito punitivo sobre a maioria delas, especialmente as mães solteiras.

Há uma redução substancial de empregos no setor industrial, sobretudo naqueles que exigem menor qualificação e uma precarização das relações de trabalho de modo geral. A economia informal, particularmente a economia do crime, impera em muitas das áreas carentes.

Aos Estados Unidos cabem a triste e ambígua condição de ser o país com o maior percentual de população carcerária do mundo: a proporção de detentos em relação à população total dobrou em 10 anos.

Quanto à perspectiva das crianças no processo de globalização, superexploração e exclusão social, se ainda restam dúvidas quanto ao fato de a principal questão trabalhista na era da informação não ser o fim do trabalho, mas sim as condições dos trabalhadores, elas foram definitivamente dirimidas com a explosão, durante a última década, do crescimento da mão-de-obra infantil mal remunerada.

Embora a esmagadora maioria de crianças que trabalham se encontre no mundo em desenvolvimento, o fenômeno vem ocorrendo com maior frequência também nos países capitalistas avançados, especialmente nos Estados Unidos em que se atribui à deterioração das condições de vida da classe operária, bem como ao aumento da imigração ilegal. Um enorme contingente de crianças, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, está envol-

“... as famílias são forçadas a entregar seus filhos ao trabalho “escravo” ou mandá-los para as ruas...”

“... as crianças se tornaram mercadorias sexuais em uma indústria de larga escala...”

vido em atividades que geram algum tipo de renda vinculada à economia do crime, sobretudo em termos de tráfico de drogas, pequenos furtos e mendicância organizada.

A crise das economias de subsistência, aliada ao empobrecimento de amplos segmentos da população, força as famílias e seus filhos a todos os tipos de estratégia de sobrevivência: não há tempo para se dedicar à escola, há necessidade premente do maior número de filhos possível para ajudar em casa. As famílias, impelidas pela necessidade, vêem-se muitas vezes forçadas a entregar seus filhos ao trabalho “escravo” ou mandá-los para as ruas.

Mas há algo de muito pior acontecendo em meio à situação deplorável em que, hoje em dia, se encontram muitas crianças: elas se tornaram mercadorias sexuais em uma indústria de larga escala, organizada internacionalmente através do uso de tecnologia avançada, e que tira proveito da globalização do turismo e das imagens. Relacionada à prostituição, mas considerada um segmento distinto da indústria do sexo de menores em franca expansão, está a pornografia infantil com o apoio da Internet.

3. A CONEXÃO PERVERSA: A ECONOMIA DO CRIME GLOBAL

Neste capítulo, Castells apresenta a economia do crime global. Suas principais considerações são as seguintes:

A prática do crime é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o crime global, com a formação de redes entre poderosas organizações cri-

“ Os lucros globais de todos os tipos de atividades ilegais foram calculados em nada menos que US\$ 750 bilhões anuais...”

minosas e seus associados e atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral.

As principais atividades do crime organizado são o tráfico de drogas, o tráfico de armas, o tráfico de material nuclear, o contrabando de imigrantes ilegais, o tráfico de mulheres e crianças, o tráfico de órgãos e a lavagem de dinheiro. Embora o tráfico de drogas seja o segmento mais importante deste setor com ramificações e contatos em todo o mundo, o contrabando de armas representa também um mercado de alto valor.

No centro do sistema está a lavagem de dinheiro, de centenas de bilhões (talvez trilhões) de dólares. Esquemas financeiros complexos e redes de comércio internacional estabelecem a conexão entre a economia do crime e a economia formal, penetrando profundamente nos mercados financeiros e constituindo um elemento crítico e volátil em uma frágil economia global.

Nas duas últimas décadas, as organizações criminosas vêm estabelecendo, cada vez mais, suas operações de uma forma transnacional, aproveitando-se da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes. A Conferência realizada pela ONU em 1994 sobre o crime global organizado estimou que o comércio global de drogas tenha atingido a cifra de US\$ 500 bilhões por ano; quer dizer, foi maior que o valor das transações comerciais globais

envolvendo petróleo. Os lucros globais oriundos de todos os tipos de atividades ilegais foram calculados em nada menos que US\$ 750 bilhões anuais.

O crime organizado na Rússia contemporânea e nas ex-repúblicas soviéticas é o resultado da transição caótica e descontrolada do estatismo para o capitalismo selvagem. Dada a importância estratégica, econômica e política da Rússia e em virtude de seu enorme arsenal militar e nuclear, sua nova e profunda ligação ao crime global organizado tornou-se uma das mais preocupantes questões deste fim de milênio e um dos mais importantes assuntos da pauta das reuniões geopolíticas em todo o mundo.

Não resta dúvida de que a economia do crime representa um segmento considerável e dos mais dinâmicos, das economias latino-americanas deste fim de milênio. Além disso, ao contrário dos padrões tradicionais de internacionalização da produção e do comércio na América Latina, trata-se de uma atividade orientada para a exportação, controlada por latino-americanos e dotada de competitividade global comprovada.

A globalização provocou uma verdadeira revolução na estratégia institucional do crime organizado. Abrigos seguros ou relativamente seguros vêm sendo encontrados em todo o planeta: pequenos (Aruba), médios (Colômbia), grandes (México) ou enormes (Rússia), entre muitos outros. Além disso, a grande mobilidade e extrema flexibilidade das redes lhes possibilita livrar-se das regulamentações nacionais e dos procedimentos rigorosos necessários à cooperação

“ A globalização provocou uma verdadeira revolução na estratégia institucional do crime organizado...”

“ ... o Estado não está sendo apenas ludibriado pelo crime organizado... Está ruindo por dentro...”

entre a polícia de diferentes países.

Em uma reação desesperada ao poder cada vez maior do crime organizado, os Estados democráticos, como forma de autodefesa, recorrem a medidas que atualmente cerceiam, e cercearão, as liberdades democráticas.

Com o Estado-nação sitiado, e as sociedades e economias nacionais já inseguras de suas inter-relações com redes transnacionais de capitais e pessoas, a influência crescente do crime global pode provocar um retrocesso significativo dos direitos, valores e instituições democráticas pois o Estado não está sendo apenas ludibriado pelo crime organizado a partir de pontos externos a suas fronteiras. Está ruindo por dentro.

Quanto mais o crime organizado se globaliza, tanto mais seus componentes, notadamente importantes, valorizam sua identidade cultural, com o objetivo de não desaparecer no turbilhão do espaço de fluxos. Ao fazê-lo, preservam suas bases étnicas, culturais e, sempre que possível, territoriais. Aí reside sua força. É provável que as redes criminosas estejam à frente das empresas multinacionais em termos de capacidade de aliar identidade cultural a negócios globais.

4. DESENVOLVIMENTO E CRISE NA REGIÃO DO PACÍFICO ASIÁTICO

Entre 1965 e 1996, o crescimento anual médio do PNB, em termos reais, no mundo, foi de 3,1%. Entretanto, na região do Pacífico asiático, a China cresceu à taxa anual média de 8,5%, Hong Kong, 7,5%, Coreia do Sul, 8,9%, Cingapura, 8,3%, Tailândia, 7,3%,

Indonésia, 6,7%, Malásia, 6,8%, Filipinas, 3,5% e Japão, 4,5%. Em 1950, a Ásia representava apenas 19% da renda mundial; em 1996, sua participação alcançou 33%.

No período de mais ou menos três décadas, a região do Pacífico asiático tornara-se importante centro de acumulação de capital do planeta, o maior produtor industrial, a região de comércio mais competitivo, um dos principais centros de inovação e produção de tecnologia da informação (sendo o outro os Estados Unidos) e o mercado de crescimento mais rápido.

Em 1997 e 1998, economias inteiras entraram em colapso (Indonésia, Coréia do Sul) outras enfrentaram profunda recessão (Malásia, Tailândia, Hong Kong, Filipinas) e a principal economia, o Japão, que é a segunda maior do mundo, foi abalada por falências financeiras, causando a desvalorização internacional de títulos e ações japonesas.

No início, a crise asiática foi uma crise financeira causada pela crise da moeda. A desvalorização das moedas impediu os bancos de honrarem as dívidas de curto prazo com os credores estrangeiros, uma vez que operavam com moedas atreladas ao dólar. Quando a maioria dos governos agiu, sob pressão do FMI, para elevar as taxas de juros em defesa da moeda, acrescentaram mais pressão sobre os bancos e empresas insolventes e, em última análise, bloquearam suas economias, secando as fontes de capital. Por isso, as moedas despencaram ainda mais e milhares de empresas foram à falência.

O volume excessivamente grande de crédito externo, em sua maior parte de curto prazo, parece ter sido uma razão importante para a instabilidade das finanças asiáticas. Outro fator importante para explicar a crise asiática é a crise do próprio Japão que não foi capaz de emprestar capital, absorver importações e reorganizar os mercados financeiros da região. O Japão, que estava passando por uma crise estrutural do seu modelo de desenvolvimento desde o início dos anos 90, sofreu grave impacto dos colapsos financeiros de toda a região.

“Um Estado é desenvolvimentista quando estabelece como princípio de legitimidade sua capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento...”

Entre o início da década de 60 e o fim dos anos 80, os Estados protegiam as economias asiáticas do turbilhão dos mercados financeiros globais e, em certa medida, até da concorrência do comércio global. Quando a escala dessas economias, o porte dessas empresas e sua interligação com as redes capitalistas globais levaram a uma integração bilateral na economia global, os Estados não puderam mais proteger ou controlar os movimentos de capital, bens e serviços. Desse modo, eles foram ignorados pelos fluxos econômicos globais e não tiveram condições de regulamentar ou comandar suas economias com as normas preexistentes. Sem nenhuma proteção do Estado, as empresas e os mercados financeiros asiáticos foram tomados pelos fluxos de capital global que obteve lucros substanciais e depois deixou esses mercados, quando sua falta de transparência os tornou muito arriscados.

O sistema institucional que era a fonte do milagre asiático, o Estado desenvolvimentista, tornou-se o obstáculo para o novo estágio de integração global e de desenvolvimento capitalista na economia asiática. Para aderirem à economia global, não apenas como concorrentes e investidores, mas como mercados e destinatários do investimento global, as economias asiáticas tinham de seguir a disciplina dos mercados financeiros globais.

Um Estado é desenvolvimentista

quando estabelece como princípio de legitimidade sua capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a combinação de taxas de crescimento econômico altas e estáveis e a mudança estrutural do sistema produtivo tanto no âmbito interno como nas relações com a economia internacional. Para o Estado desenvolvimentista, o desenvolvimento econômico não é um objetivo, mas um meio para assegurar a sobrevivência do país e da sociedade e defender os interesses nacionais rompendo com a situação de dependência.

No fim de 1998, a única economia asiática que mantinha uma trajetória estável de grande crescimento econômico, cerca de 7% ao ano, era a China. Em 1997-98, a China consolidou seu poder econômico e manteve relativa estabilidade, resistindo ao assalto destrutivo de fluxos financeiros e evitando entrar em recessão. A economia chinesa sofreu um impacto muito menor da crise que o resto da região.

O principal fator que explica a capacidade relativa da China para absorver o choque da crise é sua integração limitada na economia global, sobretudo em termos de mercados financeiros. O controle governamental das ligações entre o sistema financeiro chinês e os mercados globais funcionou como um anteparo, protegendo o sistema para que resistisse aos movimentos violentos dos fluxos financeiros de todo o mundo.

O Estado desenvolvimentista constituiu a força motriz no extraordinário processo de crescimento econômico e modernização tecnológica da região do Pacífico asiático, na segunda metade do século XX. As políticas do Estado enfocavam a conexão do país com a economia global para industrializar e dinamizar a economia nacional.

5. A UNIFICAÇÃO DA EUROPA: GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E O ESTADO EM REDE

A unificação da Europa, quando completada, representará uma das

tendências mais importantes na definição de nosso novo mundo. Uma Europa unificada, com seu poderio econômico e tecnológico e influência cultural e política, aliados ao desenvolvimento da região do Pacífico, servirá de apoio ao sistema de poder mundial em uma estrutura policêntrica, impedindo a existência de qualquer superpotência hegemônica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos.

Essa unificação é uma fonte de inovação institucional que poderá fornecer algumas respostas à crise do Estado-nação porque estão sendo criados novos tipos de governo e novas instituições governamentais nos âmbitos europeu, nacional, regional e local, motivando uma nova forma de Estado, que Castells denomina *Estado em rede*, em consequência do fracasso do Estado-nação clássico em articular a resposta aos desafios da globalização da economia, da tecnologia e da comunicação.

Em 1948, quando se deu início aos debates sobre a integração europeia, o principal objetivo era o de evitar uma nova guerra. À tese de Jean Monet de constituir um Estado federal europeu com a perda da soberania das nações européias, De Gaulle contrapropôs com a tese da montagem de um comitê intergovernamental, formado por chefes do poder executivo para exercerem o poder na Europa que teria por objetivo político consolidar sua independência em relação aos Estados Unidos.

Foi a impressão de que a Europa poderia tornar-se colônia econômica e tecnológica das empresas norte-americanas e japonesas que levou à grande segunda reação defensiva representada pelo Ato Único Europeu, de 1987, que estabeleceu os passos rumo à constituição de um verdadeiro mercado unificado em 1992. A integração europeia é, ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua expressão mais avançada.

Ao decidir pela criação do “euro” e do Instituto Monetário Europeu, bem como pela harmonização das políticas fiscais, o Tratado de Maastricht

assumiu um compromisso irreversível para a unificação total da economia européia.

A União Européia é essencialmente organizada como uma rede que envolve mais a concentração e o compartilhamento de soberania que a transferência de soberania para um nível mais alto.

O processo de industrialização em todo o mundo, as redes de empresas e a interpenetração dos mercados oferecem oportunidades para que as empresas européias se expandam por outros lugares para enfrentar o mercado global, em vez de entricheirar-se em seus feudos domésticos. A tendência é haver desinvestimento relativo na Europa *vis-à-vis* a outras regiões do mundo, em especial na indústria. Esse cenário é uma das causas das crescentes taxas de desemprego na União Européia, em claro contraste com o crescimento substancial do emprego nos Estados Unidos e na região do Pacífico asiático na década de 90.

A modelagem da União Européia tem consequências profundas e duradouras para as sociedades da Europa. Provavelmente, a mais importante seja a dificuldade de preservar o Estado do bem-estar social europeu em sua forma atual. Isso porque a mobilidade de capital e as redes de produção criam condições que favorecem a mudança de investimentos para regiões do mundo onde os custos sociais são mais baixos. Mas também porque a busca por flexibilidade nos mercados de trabalho e o proces-

so de desinvestimento na Europa reduzem a base de emprego de que a estabilidade fiscal do Estado do bem-estar social depende.

A unificação europeia vem gerando resistências porque o aceleração do processo de integração coincidiu com a estagnação dos padrões de vida, com o surgimento do desemprego e com a maior desigualdade social na década de 90. Partes significativas da população da Europa tendem a afirmar suas nações contra os respectivos Estados, considerados cativos da supranacionalidade europeia. Cresce, também, o racismo e a xenofobia.

A capacidade de influenciar dos cidadãos nas decisões sobre política econômica foi reduzida de forma considerável porque não há, praticamente, nenhum canal efetivo de participação do cidadão nas instituições européias. Quem decide sobre política econômica é o Banco Central europeu. Não há aprendizagem de cidadania europeia porque as instituições européias gostam de viver em seu mundo isolado, constituído de órgãos tecnocráticos e conselhos de ministros encarregados dos acordos.

Ante o declínio da democracia e da participação do cidadão em uma época de globalização da economia e de europeização da política, os cidadãos entricheiram-se em seus países e cada vez mais consolidam suas nações. O nacionalismo, não o federalismo, é a evolução concomitante da integração europeia. A União Européia sobreviverá como construção política só se conseguir administrar e acomodar o nacionalismo. No contexto das sociedades democráticas, a Europa só será unificada em vários graus e sob formas ainda a surgir, se essa for a vontade de seus cidadãos.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Pelo exposto, pode-se afirmar que está ocorrendo, em termo mundiais, uma grande reestruturação representada pela globalização capitalista da economia que integrou, também, os países socialistas do leste europeu e os países socialistas remanescentes.

**“A União
Européia sobreviverá
como construção
política se conseguir
administrar e
acomodar o
nacionalismo...”**

Com a globalização da economia mundial, proporcionada pela expansão das empresas multinacionais e das finanças internacionais, os problemas sociais se agravaram de forma vertical e acelerada e os Estados-nações perderam a capacidade de controlar suas economias.

Além de se defrontar, no plano interno, com o pluralismo e a força de pressão da sociedade civil, o Estado se depara, no plano externo, com o novo caráter das relações internacionais, baseadas na interdependência econômica das nações, e com a emergência das empresas transnacionais cujo poder político, econômico e financeiro chega a ultrapassar o de muitos Estados-nações. Na atualidade, vivemos, portanto, o desaparecimento da plenitude do poder estatal no mundo.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986)⁸ enfatizam que existem outros espaços não mais controlados pelo Estado soberano. O avanço progressivo da globalização econômica, liderada pelas empresas transnacionais, tende a aprofundar o ocaso da soberania do Estado-nação.

“O mercado mundial possibilitou a formação de empresas multinacionais, detentoras de um poder de decisão que não está sujeito a ninguém e está livre de toda a forma de controle; embora não sejam soberanas, uma vez que não possuem uma população de um território onde exercer de maneira exclusiva os tradicionais poderes soberanos, estas empresas podem ser assim consideradas, no sentido de que - dentro de certos limites - não têm superior algum”.

O processo de globalização colocou em xeque não apenas a capacidade do Estado-nação em controlar suas economias e fazer frente às questões sociais, mas principalmente a soberania popular que está ameaçada no confronto com o poder financeiro, comercial e tecnológico das gigantescas empresas e bancos transnacionais. O poder de decisão sobre investimentos e, conseqüentemente, sobre o crescimento e desenvolvimento das nações, está sendo transferido paulatinamente para essas organizações. Isto significa dizer que a própria soberania

popular está comprometida. O governo e os parlamentos de muitos países estão perdendo cada vez mais poderes. Isto significa dizer, também, que os partidos políticos lutarão pela conquista de um poder nacional cada vez mais ofuscado pelas empresas transnacionais.

O declínio do Estado-nação significa também o comprometimento da República democrática entendida como expressão da soberania popular. A República democrática é a expressão da soberania popular porque as leis aprovadas pelo corpo legislativo de uma nação traduzem, em última instância, a vontade popular. Foi o conceito de soberania que possibilitou a formação do Estado moderno e a elaboração de uma teoria acabada do Estado. Todas as nações que se constituíram a partir de 1776, dentro dos princípios da República democrática, com base nos regimes presidencialista e parlamentarista, reforçavam em maior ou menor grau a soberania do Estado.

Hoje, nos defrontamos, entretanto, com o eclipse da soberania. O conceito de soberania entrou em crise tanto teórica quanto praticamente. Teoricamente, com o prevalecer das teorias constitucionalistas com sua tese do Estado misto, da separação dos poderes e da supremacia da lei e, na prática, com a crise do Estado moderno, que não é mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional.

Todos os fatos relatados no livro de Castells indicam, portanto, que a nova estrutura de poder mundial comandada pelas empresas transnacionais (industriais, financeiras e de serviços) está substituindo a atual estrutura de poder dos Estados-nações. Com o ocaso dos Estados-nações e a proeminência das empresas transnacionais na estrutura de poder global, o cenário que se descortina para o futuro é o de um capitalismo mundial fora de controle. Este cenário tende a assumir características catastróficas na medida em que o sistema capitalista mundial passe a funcionar sem

os instrumentos de regulação e controle. Neste contexto, não é impossível que ocorram no futuro próximo crises semelhantes à de 1929 que levou o sistema capitalista mundial à bancarrota e contribuiu para o advento da Segunda Guerra Mundial.

Riccardo Petrella (1994)⁹ afirma que:

“o governo do planeta, comandado pelas redes mundiais anônimas de empresas financeiras e industriais gigantes, não aceita nenhuma responsabilidade social e não presta contas a não ser a seus acionistas também anônimos. Esta situação provoca efeitos devastadores porque não se permite ver onde se encontram as verdadeiras necessidades econômicas e sociais do mundo, além daquelas dos mercados aos quais se reduziu a racionalidade do economicismo dominante”.

O agravamento da crise social em todo o mundo, pela falta de políticas sociais governamentais apropriadas, poderá gerar conflitos de grande magnitude engendrando golpes de estado e revoluções sociais. A barbárie passaria a ser a característica dominante do capitalismo mundializado. Urge, portanto, a implantação, na cena mundial, de novas instituições internacionais que tenham capacidade de regular a economia mundial e assegurar que a civilização se sobreponha à barbárie. Além disso, é necessário reinventar o socialismo a partir da experiência da União Soviética e dos demais países que implantaram tal sistema a fim de que a médio e longo prazo haja uma alternativa concreta de superação do capitalismo selvagem contemporâneo e sejam assegurados o progresso social e econômico, o desenvolvimento sustentado e a democratização da sociedade em todos os países do mundo.

⁸ BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. E PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Da UnB, 1986, p. 1.187.

⁹ PETRELLA, Riccardo. Pour un contrat social mondial. **Le Monde Diplomatique**, Paris, jul. 1994. p. □?